

Por um projeto para a Amazônia

No painel Caminhos políticos, desafios do mercado, a preservação do meio ambiente foi apontada como eixo de desenvolvimento

» ROSANA HESSEL
» FERNANDA STRICKLAND
» HENRIQUE FREGONASSE*

O combate ao garimpo ilegal é um dos principais desafios do país para o comércio de ouro, porque a ilegalidade atinge praticamente metade da produção nacional, de acordo com o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, com base em dados do Instituto Escolhas. Na abertura do primeiro painel

do seminário **Correio Debate: Caminhos do ouro**, na tarde de ontem, Jungmann foi categórico na defesa de um projeto de desenvolvimento para a Amazônia que não fique só no papel e na regularização do comércio do metal precioso. Ele e o deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG), presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, debateram sobre os caminhos políticos e os desafios desse mercado. “O Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento

sustentável para a Amazônia, algo que nunca teve”, disse o ex-ministro da Defesa e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Na avaliação dele, o momento atual é propício para o Brasil dar prioridade para essa agenda, porque a questão climática está no centro do debate internacional.

“Precisamos, sim, de repensar para quem destrói, para quem mata, sem sombra de dúvida. Mas nós precisamos ter um

projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Eu espero, torço que esse momento chegou, porque isso não é só um clamor dos brasileiros e brasileiras, é um clamor da humanidade pela sua própria existência”, afirmou Jungmann. Ele ressaltou que é preciso solidariedade e uma ética intergeracional para transformar o meio ambiente. “Não existe nada mais imoral do que o que estamos deixando para as futuras gerações, nossos filhos e netos, uma natureza pior

que a que recebemos, que já não está grande coisa”, frisou.

O parlamentar, por sua vez, lembrou que o mundo vive o desafio de produzir alimentos e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente, o que só será resolvido quando a agroindústria e a mineração se tornarem sustentáveis. Nesse sentido, ele reforçou que é responsabilidade do Estado criar políticas públicas que permitam aos garimpeiros sair da ilegalidade, fornecendo os recursos para isso.

O secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia também participou do debate, no **Correio**. Em sua palestra, Vitor Saback destacou o potencial de geração de emprego e renda da mineração e fez questão de separar os garimpeiros que trabalham legalmente do que chamou de “extrator ilegal”, que “mata, desmata e contamina”.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O secretário de Geologia e Mineração do MME, Vitor Saback, apontou três diretrizes para incrementar o setor

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para Raul Jungmann, “não existe nada mais imoral do que o que estamos deixando para as futuras gerações”

Defesa do garimpeiro regular

Para o secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vitor Saback, o governo está trabalhando para modernizar o setor, que tem grande potencial de geração de emprego e renda. Saback explicou no **Correio Debate: Caminhos do Ouro**, promovido pelo **Correio Braziliense**, que o ministério já deu todas as diretrizes das quais o governo pode atuar no combate à ilegalidade. Segundo ele, a primeira diretriz é a sustentabilidade ambiental. “O meio ambiente tem que entrar na raiz, no DNA, tem que entrar no modelo de negócios das empresas”, explicou. “O mundo, hoje, discute transição energética, mudanças climáticas, e nisso nós falamos também sobre mineração. Se a gente tem a esperança de, no futuro, ter temperaturas menores, a

questão passa pela mineração.”

A segunda diretriz, segundo ele, é a segurança da atividade. “Teremos um forte trabalho dentro da secretaria para evitar falar de indenização. Vamos parar de falar de indenização, se Deus quiser, e vamos começar a falar de investimentos e em parâmetros mínimos para uma mineração segura”, disse.

Diferenças

A terceira diretriz, é entender que a mineração agrega valor na comunidade na qual está inserida. “Não dá para falar sobre mineração em um estado onde o caminho para a mineradora tem um grande asfalto e o caminho para o centro da cidade seja de uma estrada de terra”, exemplifica. “A mineração vem como uma benção, um bálsamo. Aquela extração mineral, tem que ter a oportunidade de transformar a realidade daquela comunidade”, completou Saback.

O secretário explicou que, antes de qualquer coisa, é necessário agregar alguns elementos, como pontuar as diferenças

entre o extrator ilegal e o garimpeiro. “O garimpeiro vai à Agência Nacional de Mineração (ANM) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tirar sua licença. O extrator ilegal, não”, ressaltou. “Ele vai ao território ilegal, seja de proteção ambiental ou de comunidade tradicional, ou até invade o direito minerário de um garimpeiro. Ele faz absolutamente tudo com desconformidade. Matando, desmatando, contaminando rios e solos, trazendo todo tipo de mazela.”

Para o secretário, quando se fala de rastreabilidade, não é apenas direcionado no ouro. “A discussão do ouro é importante, mas virão outros minerais, como o diamante. A rastreabilidade, além de estratégica no combate ao ilegal, é um instrumento para melhorar o setor, o mercado, a imagem, pois ajuda o garimpeiro legal.” A rastreabilidade fomenta a atividade legal, e esse é meu papel enquanto secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia”, declarou. (FS)

Jungmann: “o ouro tem duas caras”

O mercado de ouro é “esquizofrênico”, na avaliação do presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, pois, quando tenta unir mineradoras e joalheiros para uma certificação do comércio de ouro, acaba esbarrando em “um problema enorme, de ordem tributária”. “Ou seja, o ouro do Brasil é esquizofrênico e tem duas personalidades”, disse ele, criticando a elevada carga tributária do país.

Além de defender um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, Jungmann reforçou a necessidade de uma fiscalização mais rígida para combater o garimpo ilegal no país, impedindo o comércio de ouro sem certificações e educando os consumidores a não comprar metal extraído ilegalmente de terras indígenas.

Nesse sentido, o presidente do

Ibram disse que tem conversado com vários setores e órgãos, incluindo importadores do metal precioso, como a Suíça — principal destino do ouro brasileiro —, pois é preciso compartilhar a responsabilidade na fiscalização. “Da exportação brasileira, 70% para a Suíça é ouro. A Suíça é o maior comprador de ouro que nós temos. Então, nós fomos lá discutir com eles a corresponsabilidade não apenas de quem produz, mas também de quem compra isso”, frisou.

Jungmann fez uma estimativa de que, apenas no estado do Pará, existem 90 mil garimpeiros e, no Brasil todo, de 500 mil a 600 mil. Contudo, o número de licenças para exploração de ouro no país é infinitamente menor, o que abre espaço para a irregularidade. “Não seria absurdo imaginar que temos meio milhão de garimpeiros, mas a quantidade de autorizações fica em torno de 1,3 mil”, explicou.

Para o presidente do Ibram, o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter derrubado o princípio da “boa fé” no comércio do ouro, “veio em boa hora”. Ele

acrescentou que tem realizado várias conversas, desde o governo anterior, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com vários órgãos, defendendo a questão da integridade empresarial, inclusive, com a Receita Federal e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contudo, ele ainda aguarda a investigação das cinco principais DTVM (corretoras que comercializam ouro no país), “responsáveis por, aproximadamente, 90% do ouro ilegal produzido no país”. “Estamos esperando o resultado da CVM até agora”, disse.

Para conseguir avançar na questão do rastreamento, Jungmann adiantou uma novidade que deverá ser lançada, no próximo dia 19, pela Universidade de São Paulo (USP), com apoio do WWF Brasil e do Instituto Igarapé. Trata-se de uma plataforma para identificar o ouro ilegal, pois é preciso um registro da Agência Nacional de Mineração (ANM) para a exploração do minério. A plataforma, de acordo com o presidente do Ibram, será de simples consulta e sem custo para os interessados. (RH)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para o deputado Zé Silva, mineração, agronegócio e indústria devem formar a base do desenvolvimento sustentável

“As leis devem ser simples e aplicáveis”

O deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) disse que é preciso cobrar maior presença do governo federal na luta contra o garimpo ilegal. Segundo o parlamentar, é responsabilidade do Estado criar políticas públicas que permitam aos garimpeiros acender à legalidade, fornecendo os recursos para tal.

O presidente da Frente Parlamentar de Mineração Sustentável cobrou a criação de uma legislação específica e clara para a mineração, separadamente das outras formas de extrativismo. O deputado defendeu, ainda, que o governo disponibilize recursos para que instituições fiscalizadoras atuem de forma mais efetiva.

“Leis precisam ser simples e aplicáveis. O governo precisa fazer com que as forças que possam garantir a impunidade sejam efetivas. É preciso que

IBAMA, Instituto Chico Mendes, a Polícia, e outras instituições tenham recursos para a realização desta fiscalização e regularização. É preciso ter uma força tarefa técnica.”

Para Zé Silva, o mundo vive o desafio de produzir alimentos e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente, o que só será resolvido quando a agroindústria e a mineração se tornarem sustentáveis.

A industrialização do Brasil também foi levantada como participante da “sinergia” entre a agroindústria e a mineração. Segundo o parlamentar, a reindustrialização, a transição energética para fontes renováveis e a produção de alimentos são os maiores desafios do país.

O parlamentar sugeriu como solução a aplicação de um “tripé” que uma regularização fundiária, regularização ambiental e assistência técnica ao

extensionismo rural. Dessa forma, segundo o presidente da frente, as questões relacionadas à mineração ilegal e ao agro devem ser solucionadas.

Sobre o desafio imposto pela mineração do ouro, o congressista disse estar convicto de que projetos de lei, por si só, não serão suficientes. Para ele, será necessário um conjunto de medidas que englobe a criação de um marco regulatório incisivo, exequível e simples, desenvolvimento tecnológico e o aumento da transparência e do controle social da mineração.

Perguntado sobre o tempo que levaria para implementar a rastreabilidade e reduzir a ilegalidade da mineração, o deputado se mostrou otimista. “Não será da noite pro dia, mas, definindo recursos e tomando decisões de Estado, podemos caminhar rapidamente”, afirmou o deputado. (HF)